

**DIRETRIZES PARA O
PLANO DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

PSB – A NOVA POLÍTICA

Eliane Novais – Governadora
Vice - Leonardo Bayma

2015 – 2018

SUMÁRIO

A NOVA POLÍTICA

DIRETRIZES GERAIS PARA O PROGRAMA DE GOVERNO: UMA VISÃO GLOBAL

PRINCÍPIOS BÁSICOS

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CEARÁ

DESAFIOS, GRANDES OBJETIVOS E EIXOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- DESAFIOS
- TRÊS GRANDES OBJETIVOS
- SEIS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SÉTIMO EIXO

CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA E DO PROGRAMA PROPRIAMENTE DITO

PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A NOVA POLÍTICA

Chegou a hora de o Brasil pegar o fisiologismo, o patrimonialismo e a velha política e mandar para a oposição, porque, na oposição, eles não sobrevivem.

Eduardo Campos

É preciso acabar de vez com a farsa que têm sido as campanhas eleitorais, em que se ganha a eleição com um programa e se governa com outro. É exatamente graças a essa prática enganosa que sobrevivem os maiores e mais resistentes obstáculos ao desenvolvimento: o fisiologismo, o patrimonialismo e a velha política.

Ora, se o caso é se buscar, verdadeiramente, o desenvolvimento, uma coisa, antes de tudo, deve ficar bem clara: a quem, de fato, o governo vai servir?

Nas democracias, em tese, os governos são eleitos para servir a toda a sociedade. No entanto, na prática, o que se tem visto e constatado em nosso país é que, geralmente, uma minoria de sempre é bem aquinhoadada, enquanto a maioria fica com as sobras.

Por quê? Porque, com base em pesquisas de opinião, forças retrógradas da sociedade produzem campanhas com programas de governo à imagem e semelhança dos anseios de todas as camadas da sociedade. E com o recurso do marketing político e de muito dinheiro arrecadado ganham as eleições.

No entanto, logo que assumem o poder, tomam decisões que favorecem apenas os seus próprios bolsos e os de um pequeno grupo que financiou a campanha. Como combater esse embuste, esse atentado frontal à democracia?

Primeiro que tudo, só dizer o quê se pretende fazer não é o bastante. É preciso dizer também como se vai fazer e, principalmente, com quem se vai fazer, ou melhor, quais os que vão, de fato e de direito, sentar-se à mesa para decidir sobre os destinos do governo. Até porque, a

depende disso, dos que compõem o chamado pacto de poder (os sócios do poder), é que se tirará a prova definitiva do para quem se vai governar.

Ora, se o pacto de poder continua deixando fora a maioria da população, as grandes prioridades do Estado acabam por se confundir com as dos poucos que controlam o governo. E, no final, com o Estado a serviço deles, só fazem ampliar os privilégios e as desigualdades. Quanto aos demais, estes vão ficando na fila, para depois, e o que é pior, não à espera de resolver os seus problemas, mas, isto sim, de vê-los sempre adiados, por meio de meras políticas assistencialistas e/ou compensatórias.

Tanto é assim que, entra e sai governo, as necessidades mais elementares dos mais desfavorecidos – saúde, educação, terra, habitação, água e energia –, na melhor das hipóteses, são atendidas a conta-gotas, ao longo de décadas e mais décadas. Como é comum ouvir-se, quando da chegada de água, energia ou outra demanda básica numa comunidade no interior ou mesmo na periferia da capital, que aquilo era um sonho acalentado há mais de 50 anos!...

É preciso de uma **Nova Política** em que se evolua das **promessas eleitorais** (em geral, eleitoreiras) para os **compromissos eleitorais**, e se coloquem as mazelas políticas na oposição. Mas para isso, como nos versos de Humberto Teixeira, tem de se por o pé na estrada, pois só assim se “Vai oiando coisa a grané/ Coisas qui pra mode vê/ O cristão tem que andá a pé”. Exatamente como faz o PSB.

Nesses últimos meses, O PSB promoveu sete **Encontros Regionais**: Cariri, Centro Sul, Sertão Central, Baturité, Região Metropolitana de Fortaleza Sobral e Ibiapaba e Região de Crateús e Sertão dos Inhamuns. Neles, tratou-se da construção destas Diretrizes Gerais para o Programa de Governo do PSB.

No contato **cara a cara** com o cotidiano dessas regiões, desse **Ceará profundo**, nos deparamos com uma realidade avassaladora, em que ganha realce a insegurança pública, e com tal grau de gravidade que se assemelha a uma guerra civil. Não bastasse isso, os sete encontros do interior nos colocaram diante de situações concretas de descaso do governo para com a

seca, e mais: ouvimos depoimentos contundentes sobre as fragilidades quanto à cobertura do sistema de saúde.

Ir, portanto, à história e às entranhas deste Estado e auscultar tanto as demandas mais prementes quanto as aspirações futuras do seu povo, é exatamente isso que fundamenta estas Diretrizes para o Programa de Governo, aliás, tudo segundo manda a democracia face a face da Nova Política em que juntos já estamos em plena construção.

DIRETRIZES GERAIS PARA O PROGRAMA DE GOVERNO: UMA VISÃO GLOBAL

Para fazer grandes coisas, não se deve estar acima dos homens, mas junto com eles.

Montesquieu

As Diretrizes Gerais para o Programa de Governo do Ceará 2015-2018 estão alinhadas com as do PSB/REDE de âmbito nacional. E esse alinhamento é fruto do diálogo entre a realidade cearense e a brasileira.

Em sua estrutura, o presente documento trata, inicialmente, dos princípios básicos para a elaboração das Diretrizes Gerais do Programa de Governo e do próprio Programa de Governo. Nelas está o norte do trabalho¹.

Depois, entra-se na formação socioeconômica do Estado do Ceará e define-se a trajetória de desenvolvimento, um caminho de desafios que deverão ser enfrentados e vencidos com o cumprimento dos grandes objetivos a perseguir: Manter as Conquistas das Últimas Décadas e Fazê-las Avançar; Democratizar a Democracia²; e Construir as Bases para um Ciclo Duradouro de Desenvolvimento Sustentável.

Os grandes objetivos, por sua vez, serão viabilizados, e com eles o desenvolvimento sustentável³, mediante seis grandes eixos: Estado, Governo e Democracia; Economia e Sustentabilidade; Educação,

¹Ver, no final deste tópico, a Figura 1, sobre esquema geral da estrutura deste trabalho.

²Na visão do sociólogo Boaventura Santos, “democratizar a democracia” significa ir além do voto, buscando-se outras formas de democracia, de participação, que diminuam a distância entre representantes e representados, mediante a articulação entre democracia representativa e democracia participativa (democracia de alta intensidade).

³ O conceito de sustentabilidade ultrapassa a noção de cuidados com a natureza e integra as dimensões econômica, política, social e cultural, implicando uma adequada visão estratégica e de planejamento no longo prazo (Ver “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo PSB – Rede”, p. 9).

Ciência, Tecnologia e Inovação; Cultura e Meio Ambiente; Políticas Sociais, Saúde e Qualidade de Vida; e Novo Urbanismo, Juventude e Pacto pela Vida.

A cada eixo, por seu turno, correspondem ações táticas, com objetivos e metas a cumprir (programas, projetos e atividades); e, para viabilizar as ações táticas, são oferecidos recursos, meios e instrumentos (ações operacionais).

Os programas e projetos são classificados em duas categorias: programas e projetos de governo e programas e projetos de Estado. Há ainda ações de baixo custo e fácil e rápida implantação para ser lançadas nos primeiros 100 dias de governo.

Uma inovação importante – o sétimo eixo: estratégia de desenvolvimento regional – consiste em que, para cada uma das oito regiões de planejamento (Região Metropolitana de Fortaleza; Litoral Oeste; Sobral – Ibiapaba; Sertão dos Inhamuns; Sertão Central; Baturité; Litoral Leste – Jaguaribe; Cariri-Centro Sul), haverá um plano de desenvolvimento regional – PDR e um plano de desenvolvimento local – PDL (municipal), ambos coerentes com o programa de governo do Estado como um todo e com especial atenção na conformação de propostas que se coadunem com os biomas (marinho, caatinga e mata atlântica) e com as características culturais e ambientais de cada região.

Para assegurar a sintonia dos planos com as regiões assim como a plena execução de cada um deles, a atividade de planejamento será descentralizada e aberta à participação da sociedade de cada região por meio de uma coordenação técnica de desenvolvimento regional - CTDR; prevê-se também governo regional. Os três municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em cada região deverão receber apoio reforçado em ações de saúde, educação e emprego e renda, no caso, o Programa de Desenvolvimento Emergencial - PDE.

Todo o processo de planejamento é baseado no princípio segundo o qual a tarefa que se tem é elaborar um Programa de Governo não apenas para o Ceará, mas, sobretudo, para e com os cearenses. Daí, o seu caráter democrático e participativo.

Na fase de campanha, ocorrerá, primeiro, a discussão e elaboração das Diretrizes Gerais do Programa de Governo e, depois, do Programa de Governo, que se dará em grupos no âmbito dos comitês eleitorais.

Com o Partido no governo, o Programa deverá sofrer os ajustes em função da realidade encontrada, e isso se fará de acordo com o pactuado com a sociedade. O Programa deverá ainda adaptar-se ao sistema orçamentário estadual. Isso feito, vem a execução orçamentária e o acompanhamento e avaliação dos programas e projetos com base em indicadores de resultados e de desempenho.

O processo de planejamento e coordenação terá um modelo de gestão como instrumento de articulação política para mobilizar e combinar os recursos, meios e instrumentos necessários à concretização do Programa, devendo, nesse sentido, a agenda da governadoria ser administrada como uma peça-chave de todo esse processo.

A máquina administrativa, que deverá pautar-se rigorosamente pelos princípios constitucionais da administração pública, terá de atender com presteza e eficiência as demandas da sociedade. Para isso, haverá política forte de valorização e profissionalização do servidor público. A sociedade contará com todos os recursos do governo eletrônico.

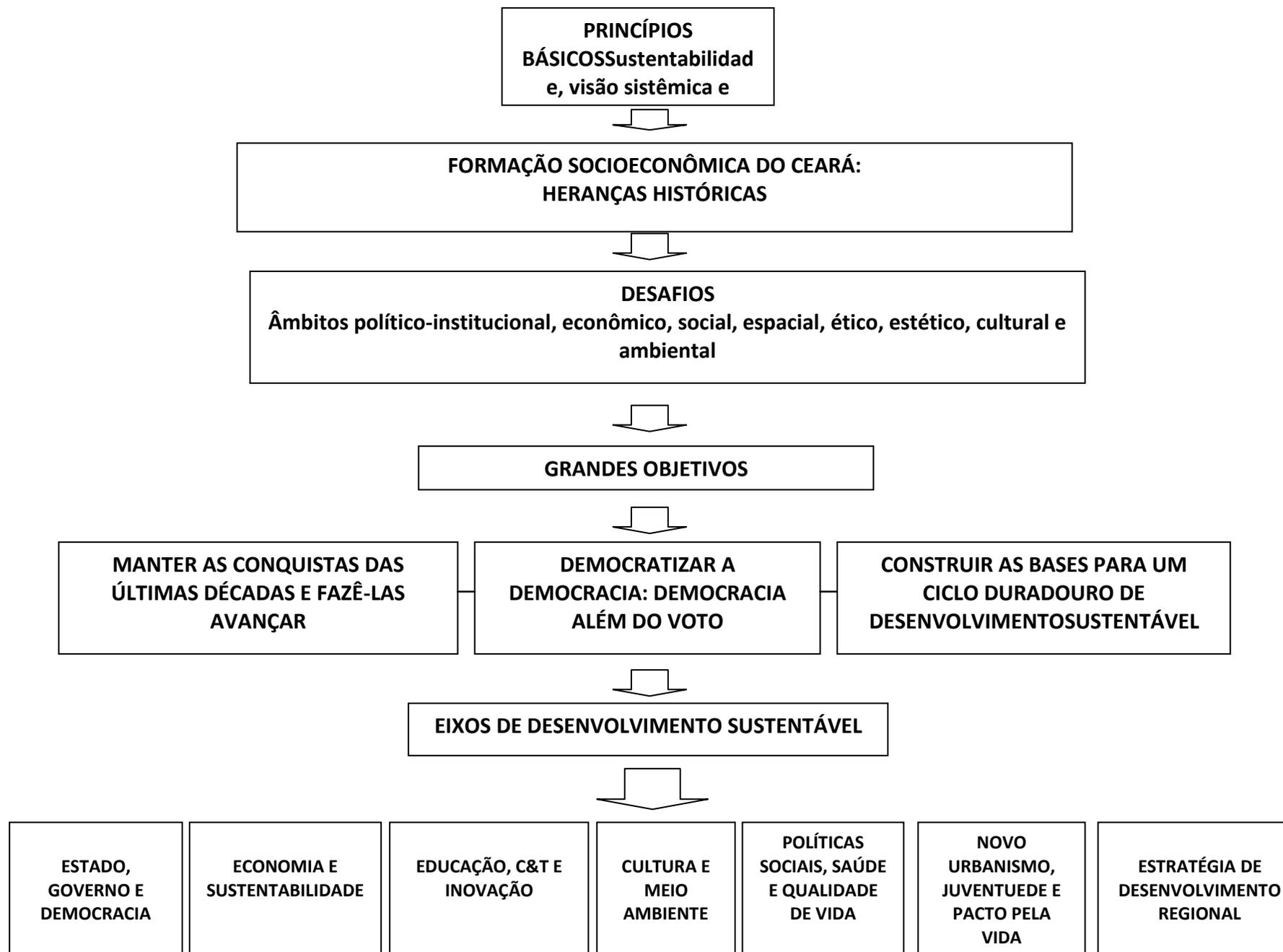
Deverá merecer destaque a política de comunicação social, voltada exclusivamente para o interesse público, com amplo uso da internet como forma de proporcionar transparência e interatividade, favorecendo a colaboração entre os diversos setores e buscando atingir as diretrizes do Governo Aberto.

O presente documento constitui o ponto de partida para a discussão e formulação das Diretrizes Gerais do Programa e do Programa propriamente dito e terá tantas versões, até a final, quantas forem necessárias para se traduzir com a maior fidelidade possível as demandas e prioridades da sociedade cearense.

Em suma, estará sempre presente que com esse esforço se procura não apenas a transformação da vida material, como também, e principalmente (porque é o que impulsiona e legitima essa transformação) favorecer as condições propícias para a livre geração e

difusão de idéias e valores novos, que respirem os ares do mundo a partir das raízes culturais e ambientais da nossa terra.

Figura 1 – Esquema geral da construção das Diretrizes



PRINCÍPIOS BÁSICOS

A sabedoria dos projetos consiste em prevenir as dificuldades de execução.

Vauvernagues

A construção das Diretrizes Gerais do Programa de Governo e do Programa de Governo visa fundamentalmente o **desenvolvimento sustentável**, que abrange, além dos cuidados com a natureza, as dimensões econômica, política, social, cultural e implica a adequada visão estratégica e de planejamento no longo prazo. A **participação, a transparência, ética e eficiência** são os princípios básicos da governança que fundamentam esse programa. E deve obedecer ao seguinte **balizamento**:

A consciência de que planejamos para e com uma sociedade em que há conflitos de interesses, e a certeza de que o Estado pode ter a autonomia necessária para, de forma cooperativa com os demais atores sociais, arbitrar esses conflitos de interesses nos campos político, econômico, social, espacial, ético, estético, cultural e ambiental, com vistas no bem-estar geral da sociedade cearense e das gerações futuras.

Deve ser levado em conta que planejamos para o Poder Executivo da unidade federativa Estado, e que este poder sem o respaldo do Legislativo e do Judiciário, e essa unidade federativa sem a aliança com os outros estados do Nordeste, sem o apoio da União e dos Municípios e, acima de tudo, da sociedade, será impotente para enfrentar e vencer os grandes desafios do Ceará;

A convicção de que as questões econômicas são, ao mesmo tempo, questões políticas; e de que é fundamental a intervenção do Estado na

economia “para sustentá-la, para regulá-la, às vezes para salvá-la dela mesma, às vezes para salvar dela os seres humanos”⁴.

A economia não deve ser vista nos estreitos limites geográficos do Estado, mas, isto sim, considerando-se as amplas possibilidades de integração e complementaridade em relação ao País e ao exterior, além de se relacionar diretamente com a ecologia e sustentabilidade do meio ambiente;

As políticas sociais devem estar no centro de atuação do governo, ligadas estruturalmente ao funcionamento da economia, dentro da estratégia global, e não de forma meramente eleitoreira e compensatória, mas integrando políticas públicas constitutivas⁵.

Cada setor de atividade há de ser visto nas suas interrelações e convergências com os que lhes são afins no contexto geral deste Programa, tendo sempre como pano de fundo a cultura e o meio ambiente e a sustentabilidade.

Por fim, mas não menos importante, há um projeto em curso, com programas e projetos em execução, que, com os imprescindíveis ajustes e reorientações, deverão ter continuidade, ou não, da mesma forma que poderão surgir novos programas e projetos. Nesse sentido, desde logo, é inquestionável a urgente reorientação da política de segurança pública, rotundo fracasso que tem jogado a população deste Estado numa situação tal de violência urbana e rural que se assemelha a uma verdadeira guerra civil.

⁴ MACPHERSON, C. B. *Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios: papel do Estado, das classes e da democracia do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.56.

⁵Conforme Theodor Lowi, que classificou as políticas públicas em regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas; estas últimas visam à ordenação do sistema, dos processos e conflitos políticos.

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CEARÁ

Na medida em que o desenvolvimento é um processo – *um desenvolver* –, só pode ser apreendido e compreendido em sua dimensão histórica, na transição do passado já ocorrido, para um futuro, em parte predeterminado pelo passado, em parte aberto à invenção e à construção pelos seus atores através da ação política.

Ignacy Sachs

A vida socioeconômica do Ceará de hoje é resultado do processo histórico deflagrado pela colonização europeia, no início do século XVII, que passou por três momentos característicos: Civilização do Couro (final do século XVII ao final do século XVIII); Complexo Gado-Algodão-Subsistência (início do século XIX à segunda metade do século XX); e Industrialização (segunda metade do século XX em diante).

No rastro desse processo, surgiram heranças positivas e negativas, descortinaram-se vários futuros possíveis e, dentre estes, prevaleceram as escolhas das forças políticas que ganharam as eleições, ocorrendo tanto avanços quanto retrocessos. Encontramo-nos, atualmente, neste ano eleitoral, em nova encruzilhada, diante de novas opções de escolha em disputa na arena política.

- **Colonização**

O passado não passou: está aí a seca, ainda que amortecida por menor população rural, pelos programas sociais do governo, pelo microcrédito rural e pela política de valorização do salário mínimo,

com repercussões na aposentadoria rural; e está aí a pobreza na periferia das cidades, especialmente de Fortaleza.

As primeiras ações do colonizador (século XVII) são de defesa da Costa, administração do território e aldeamento dos índios. Para Pompeu Sobrinho, os autóctones não podiam ser menos de 150 mil. Segundo ele, “Esta devia ser a base demográfica (deduzida a matança) sobre que vieram enxertar elementos étnicos de várias procedências...” (Ver Povoamento do Nordeste brasileiro. In: Revista do Instituto do Ceará, t. 51. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1937, p.110-111).

Civilização do couro

A formação econômica só começou no final do século XVII, quando o Ceará, sob o comando de Aracati, fornecia carne e tração animal à economia do açúcar, na Zona da Mata, de forma preponderante, no litoral de Pernambuco e Bahia.

A primeira metade do século XVIII marca o ápice da pecuária, graças à Carta Régia de 1701, que proíbe a criação de gado até 10 léguas a partir da faixa litorânea. O impacto dessa medida fica bem claro no movimento de concessão de sesmarias. No Ceará, entre 1679 e 1824, das 2.378 concedidas, 2.162 destinaram-se à exploração pecuária (PINHEIRO, Francisco José. *Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território*. In: SOUSA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 210).

A indústria do charque prosperou. Era a Civilização do Couro, pouco absorvedora de mão de obra e concentradora da propriedade rural.

A chamada Seca Grande em 1790-1793 será o golpe fatal para a pecuária cearense. As charqueadas então se transferiram para o Rio Grande do Sul. Como rastro e lastro da Época do Couro, houve, sob a primazia de Aracati (Sobral, Icó e Crato são também importantes) uma rede de povoados e de cidades que surgiram ao longo dos caminhos do gado.

Complexo gado-algodão-subsistência

Antes mesmo de a pecuária perder a primazia como atividade econômica, teve início a exploração do algodão. No limiar do século XIX, o algodão era dominante, vertebrando a economia com a fazenda de gado-algodão, a usina de beneficiamento, a indústria de óleos, têxtil, e por isso se processaram grandes mudanças em termos de dinâmica demográfica.

Ora, o algodão, ao contrário da pecuária, demandava grandes contingentes de trabalhadores, que passaram, na condição de moradores, a viver com suas famílias nas fazendas, plantando algodão consorciado com as culturas de subsistência e cuidando do gado, que formavam com o algodão (cuja folhagem servia de forragem aos animais no período crítico do ano quando faltava pasto natural) um par perfeito.

Daí para frente, vigorou, e por muitos anos, uma espécie de *Pax Cearensis*, sob o comando oligárquico, só perturbada pelas secas, que desorganizavam a atividade econômica e causavam graves problemas sociais. Esse longo período deixou marcas no Ceará por meio de uma nova rede de cidades sob a liderança de Fortaleza, que havia ficado à margem durante a fase da pecuária.

Mas, na 2ª metade do século XX, o algodão entrou em crise; a gota d'água foi o bicudo.

Industrialização

A indústria, no final do século XIX, por conta do tamanho do mercado e da carência de água e energia, dois insumos básicos, resumia-se a acanhado parque fabril. Demais, não havia mercado, pois a maioria da população, que então habitava o meio rural, praticamente não recebia remuneração em dinheiro, e quando a

recebia era em níveis extremamente baixos. Assim, a agropecuária e o comércio (cidades como Fortaleza e Sobral sempre mantiveram relações comerciais em uma área que extravasava os limites do Estado e da própria região Nordeste) eram dominantes.

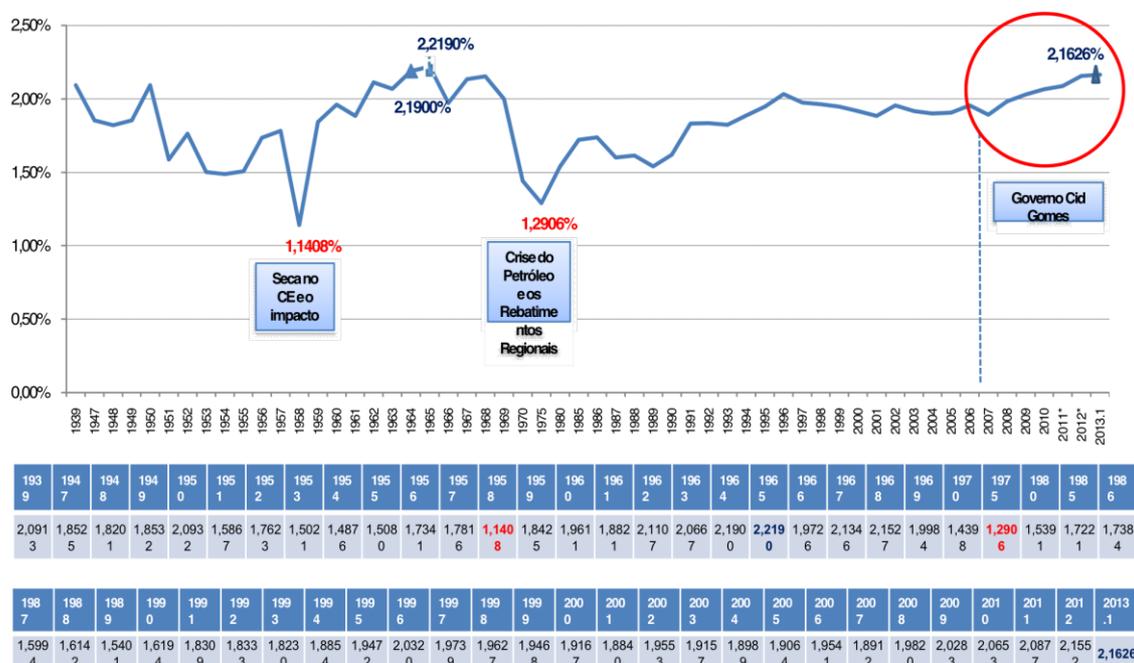
Porém, a partir dos anos 1960, com o 1º Plano de Metas Governamentais – I PLAMEG 1963-1966 e o Sistema 34/18-Finor de incentivos fiscais, da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a indústria tomou vulto e se afirmou como o novo dínamo da economia. Ao mesmo tempo, começou a surgir a mentalidade empresarial em lugar da patrimonialista.

A industrialização, portanto, era o centro dinâmico, e com ela, como face da mesma moeda, a urbanização, ou melhor dizendo, à falta de emprego e renda, a “inchação das cidades”. Mais recentemente, surgiram os grandes investimentos estruturantes, que beneficiaram, sobretudo, Fortaleza e sua região metropolitana e, em segundo plano, as regiões de Sobral e do Cariri. Com isso, acentuou-se a concentração da economia e da população nessas áreas do Estado.

A economia cearense, desde 1939 (Ver Figura 2), quando o País começou a ter estatísticas mais confiáveis, até 2013, superou apenas em três momentos os 2% de participação no PIB nacional: em parte dos anos 1960, com a industrialização e os esforços conjugados do governo estadual com a SUDENE; em 1996, com o ajuste fiscal e a retomada dos investimentos pelo Estado; e, mais recentemente, a partir de 2009, impulsionado fortemente pelas políticas sociais e de incentivo ao consumo do governo federal.

Figura 2 - PIB do Ceará como percentual do PIB nacional –1939-2013

Razão (%) do PIB Cearense sobre PIB Brasileiro – Série Histórica, 1939 a 2013.1



Fontes: IPEADATA, até 2010. * Estimativas para 2011 e 2012 e 1º Semestre de 2013 (2013.1), do IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE

Herança histórica e futuros possíveis

Nesse trajeto da história socioeconômica, dominado por sucessivas oligarquias, legiões de deserdados, sob a cultura do medo e da submissão, primeiro, vagueavam em volta das fazendas de gado; depois, passaram a morar nelas para cuidar do boi e do algodão; e, por fim, tornaram-se “bóias-frias”, habitando a periferia das cidades, principalmente de Fortaleza, que, de 5,9% da população do Estado em 1872, evoluiu para 29% em 2010! Um contingente demográfico que, segundo relatório da ONU (*State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide*), formou a 5ª cidade mais desigual e um das mais violentas no mundo. Reproduziram-se, pois, na urbe as históricas distâncias sociais do campo.

Uma dura caminhada! Nela, uns ficaram para trás, vítimas da seca ou do massacre de Canudos e Caldeirão; outros foram viver sob a proteção de padre Cícero e de São Francisco de Canindé; e outros

ainda ganharam o mundo para povoar a Amazônia (quantos morreram!), suar pelo progresso paulista, construir Brasília, fechar os “claros” do Centro-Oeste... Em 1872, o Ceará reunia 7,3% da população brasileira; em 2010, apenas 4,4%!

Na terra cultivada secularmente com práticas agrícolas inadequadas, ficou o rastro de degradação ambiental, retratada na desertificação de amplas áreas do território.

De todo modo, houve avanços sociais nos últimos 25 anos e, sobretudo, nos últimos 10 anos, mas, segundo o IBGE, não bastassem as assimetrias do quadro social e urbano, o Ceará mantém mais de 1/4 da população ocupada na agropecuária – mais de um milhão de trabalhadores –, que geram 5% do PIB estadual! Ou 1/5 da produtividade média da economia! Mudar essa realidade, sob a atual relação de forças, não é mero cálculo econômico-financeiro; é luta política de várias gerações para corrigir rumos injustos de uma história quadrissecular.

A propósito, deve-se salientar que o Estado como unidade federativa possui estreito raio de ação; demais, tendo em vista o seu peso econômico, nas negociações no âmbito da Federação em questões como, por exemplo, recursos orçamentários da União e sistema fiscal e tributário, é indispensável formar alianças com outros Estados, particularmente com os do Nordeste.

Como vimos, a estreita base da economia não evitou a migração de muitos nem tampouco tem sido capaz de atender a demandas básicas e seculares de parcela expressiva dos que ficaram e que habitam miseravelmente as periferias das cidades, em especial de Fortaleza. É então que campeiam a droga e a prostituição, e a violência urbana (e também rural) destrói e mata, sobretudo, parcela importante da juventude em um quadro de autêntica guerra civil.

A marca mais profunda e permanente, que tem caracterizado todo esse processo histórico, reside, portanto, na desigualdade, principalmente nas dimensões social e regional, devendo, por isso mesmo, o seu combate constituir-se como o principal desafio do Programa de Governo.

Que fazer? Diante dos futuros possíveis, deve-se construir o caminho da Nova Política para o Ceará com a capacidade de, além de enfrentar novos desafios no terreno urbano, da juventude e da

segurança pública, eliminar a herança negativa do passado colonial ainda bem presente na Velha Política praticada até os dias de hoje, dos pontos de vista ético e político, administrativo, social, econômico, educacional, científico-tecnológico, cultural e ambiental. E, para isso, como condição indispensável, o pacto de poder tem de se tornar mais aberto e permeável, a fim de que se possa conciliar, de forma mais generosa, o econômico com o social. E caberá à ação da Nova Política gerar as condições indispensáveis para essa transformação.

DESAFIOS, GRANDES OBJETIVOS E EIXOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível.

São Francisco de Assis

A história socioeconômica do Ceará aponta para grandes desafios. O principal deles é a persistente desigualdade que desde a Colônia separa os cearenses em termos sociais e regionais e tem contribuído fortemente para o estado de violência urbana e rural que tem caracterizado o Ceará nos últimos anos.

Diante disso, faz-se necessário que o Novo Governo, apoiado nas lições da história, ponha em prática o pensamento estratégico, ou seja: tenha visão global e sistêmica, focada no que é essencial, para mudar a realidade para melhor, segundo o horizonte de longo prazo. E, dentre o que é essencial, vale destacar que:

**Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora. Nosso real atraso é político e não econômico.⁶
(Celso Furtado)**

E mais: “A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural”⁷. Deve ser considerado ainda como:

⁶ FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.12.

⁷ Op. cit., p. 32.

- **DESAFIOS**

Lutar pelo fortalecimento do Estado como unidade federativa.

Implementar uma nova política com base no conhecimento e no compromisso público, abolindo a troca de cargos, o fisiologismo, e cumprindo os princípios da lei da ficha limpa.

Articular-se com os governos dos Estados do Nordeste para fortalecer os laços políticos entre eles, tendo em vista as negociações no âmbito da Federação, em especial quanto ao federalismo fiscal.

Imprimir no Novo Governo a visão do planejamento estratégico, utilizando mecanismos inovadores de incentivo, como as sanções premiais e o pagamento por serviços ambientais.

Combater com as armas da democracia a cultura do medo, da apatia, da submissão, da passividade, do fatalismo e da acomodação que tem levado ao lento atendimento das demandas sociais em proveito de camadas privilegiadas da sociedade.

Reorganizar a economia rural por meio de atividades compatíveis com o ambiente e a cultura do Semiárido, que conduzam à liderança do Estado em tecnologias que tirem partido do sol e poupem água e energia, dentro de um novo sistema agropecuário, que, apoiado na segurança hídrica da Integração do São Francisco, gere altos valores agregados com justiça e equidade, valorizando a agricultura familiar e a agricultura orgânica e incentivando as energias limpas e renováveis.

Apoiar os pequenos negócios e o empreendedorismo em todos os setores da economia.

Promover a justiça fiscal sem aumento da carga tributária e com incentivando a economia verde;

Desenvolver os projetos estruturantes do Estado na agricultura irrigada e agroindústria, na pesca e aquicultura sustentável, na geração de energias limpas e renováveis (eólica e solar), na indústria (com destaque para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a

Transnordestina), no turismo e na cultura (a partir do Centro Dragão do Mar, estendendo as ações em todo o Estado).

Apoiar o desenvolvimento do comércio e serviços, bem como a economia criativa (moda, design, artesanias, softwares, música, artes, novas tecnologias etc.), inclusive do comércio exterior, considerando a privilegiada posição geográfica do Estado.

Redobrar os esforços no campo educacional tanto no ensino formal, de melhor qualidade, quanto no profissionalizante, voltado para as demandas locais, cuja deficiência tem impedido o aproveitamento de oportunidades de negócio capazes de gerar maiores níveis de emprego e renda para o Estado.

Garantir escola em tempo integral a todas as crianças;

Avançar, de forma articulada, na educação, ciência, tecnologia e inovação.

Considerar a cultura material e não material e o meio ambiente como alavancas e qualificadores para o desenvolvimento estadual.

Combater a desertificação, o uso de agrotóxicos Classe 1(extremamente tóxico) e todas as práticas que degradem o meio ambiente e prejudiquem a vida.

Garantir o abastecimento da água a todas as pessoas e fomentar seu uso racional;

Reduzir a imensa dívida social, bem à vista nas periferias das cidades, particularmente de Fortaleza, onde faltam as condições decentes de vida (moradia, trabalho, lazer) e prosperam a droga, o crime, a prostituição e todo tipo de mazela social que conduz à desagregação familiar e comunitária, com a destruição e morte de parcela importante da juventude; está do mesmo modo presente no meio rural como resultado do esvaziamento da atividade econômica, agravado com a periódica ocorrência da seca, problema até hoje não resolvido.

Combater toda e qualquer forma de preconceito de origem, raça, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação (um dos princípios fundamentais da Constituição brasileira).

Avançar na cobertura da saúde e do saneamento por meio de uma rede de atendimento gerida com eficiência que cubra todos os recantos do Estado.

- Planejar as regiões metropolitanas e consórcio municipais como forma de implementar políticas urbanas sustentáveis, onde se concentra o dinamismo econômico do Estado, com destaque para projetos de saneamento, mobilidade urbana, educação e qualificação de mão de obra.
- Fortalecer as cidades pequenas e médias, por meio dos setores produtivos, de prestação de serviços e economia criativa, dotando-as de infraestruturas indispensáveis, como serviços básicos, educação, saúde, transportes, logística e telecomunicações. O estudo do IBGE sobre rede de cidades (REGIC) é chave para a identificação das cidades que funcionarão como âncoras para a melhor distribuição da população e do desenvolvimento no território regional.
- Atuar fortemente junto à juventude por meio do esporte, lazer, da cultura, da educação e da qualificação para o trabalho.

Rever e fazer os ajustes indispensáveis na política de segurança pública, orientando-a segundo o princípio do pacto pela vida do Estado de Pernambuco, como premissa para a paz indispensável a uma sociedade para sua harmonia e o desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Adotar, no processo de mudanças nos âmbitos econômico, político, social e cultural, o critério do desenvolvimento regional equilibrado e sustentável, de modo a reduzir as desigualdades sociais e regionais, em especial a concentração econômica em Fortaleza e sua região metropolitana.

- **TRÊS GRANDES OBJETIVOS**

Na busca do desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, para enfrentar e vencer os desafios devem ser perseguidos três grandes objetivos⁸.

- Manter as conquistas nos campos político-institucional, econômico, do conhecimento, cultural, ambiental, social, urbano, da juventude, segurança pública e desenvolvimento regional das últimas décadas e fazê-las avançar, realizando, contudo, uma apreciação crítica do conjunto do processo, de tal forma a potencializar os elementos que dialogam com a autonomia e emancipação populares, levando as demandas sociais legítimas à sua plena realização.
- Democratizar a democracia⁹, atualizando os processos decisórios à nova realidade da era digital, impulsionada pela convivência de múltiplos atores sociais.
- Construir as bases para um ciclo duradouro de desenvolvimento sustentável, com ampla participação de todos os atores na promoção do progresso socialmente justo, ambientalmente sustentável e libertador das potencialidades criativas da humanidade.

⁸Ver “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo PSB – Rede”, p .4.

⁹ Ver nota 1.

- **SEIS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Os grandes objetivos serão viabilizados por meio de seis Eixos de Desenvolvimento Sustentável, e estes, por sua vez, serão desdobrados em ações táticas e operacionais. São eles:

- **Estado, Governo e Democracia**

Fortalecimento do Estado na Federação, sustentabilidade, planejamento estratégico, eficiência administrativa, servidores motivados e democracia além do voto.

- **Economia e Sustentabilidade**

Reorganização da economia do Semiárido, apoio aos pequenos negócios e ao empreendedorismo, desenvolvimento da infraestrutura, de projetos estruturantes e de todos os setores da economia.

- **Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação**

Intensificação e aceleração de esforços no ensino formal de qualidade e no ensino profissionalizante; do mesmo modo, no ensino superior e na ciência, tecnologia e inovação, com vistas no aumento da produtividade e competitividade da economia e no crescimento da renda e melhoria das condições de vida da população.

- **Cultura e Meio Ambiente**

Acesso de todos às fontes de cultura e promoção e estímulo à criação cultural que conserve e enriqueça o patrimônio material e imaterial do Ceará; combate à desertificação e ao uso de produtos e práticas que degradem a natureza e prejudiquem a vida.

- **Políticas Sociais, Saúde e Qualidade de Vida**

Combate sistemático às desigualdades sociais e a toda e qualquer forma de preconceito de origem, raça, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação; avançar fortemente na cobertura e na melhoria da gestão da saúde e do saneamento.

- **Novo Urbanismo, Juventude e Pacto pela Vida**

Planejamento das regiões metropolitanas (Fortaleza e Cariri), fortalecimento da infraestrutura econômica, social e urbana das cidades pequenas e médias; atuação com ações integradas e imediatas junto à juventude para protegê-la das mazelas sociais; reorientação urgente e prioritária da política de segurança pública, buscando experiências bem-sucedidas em outros lugares, como a de Pernambuco, desde que sejam, necessariamente, condizentes com a realidade local.

Em cada eixo, devem ser considerados, portanto: a manutenção das conquistas e os avanços; a atuação aberta e participativa do governo; e a criação das condições para o desenvolvimento sustentável.

- **ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SÉTIMO EIXO**

Uma inovação importante – o sétimo eixo – consiste em que, para cada uma das oito macrorregiões de planejamento (Região Metropolitana de Fortaleza; Litoral Oeste; Sobral – Ibiapaba; Região de Crateús e Sertão dos Inhamuns; Sertão Central; Baturité; Litoral Leste – Jaguaribe; Cariri-Centro Sul), haverá um plano de desenvolvimento regional – PDR, e um plano de desenvolvimento local – PDL (municipal), ambos elaborados com base em análise *in loco* das fontes de atraso e de dinamismo e coerentes com o programa de governo do Estado como um todo, priorizando a análise e o desenvolvimento por bioma (Caatinga, Marinho e Mata Atlântica).

Para assegurar a execução dessa estratégia, a atividade de planejamento deverá ser descentralizada e aberta à participação da sociedade de cada região por meio de uma coordenação técnica de desenvolvimento regional – CTDR. Do mesmo modo, para consolidar esse processo, prevê-se também o governo regional, em que o dirigente maior do Estado despachará, a cada quinze dias, dois em uma das regiões, conforme sistema de rodízio.

Os três municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em cada região deverão receber apoio reforçado em ações de saúde, educação e emprego e renda, no caso, o Programa de Desenvolvimento Emergencial – PDE.

São estas as macrorregiões de planejamento, as mesmas adotadas pelo Estado:

Região Metropolitana de Fortaleza.

Litoral Oeste.

Sobral – Ibiapaba.

Sertão de Crateús – Região dos Inhamuns.

Sertão Central.

Baturité.

Litoral Leste – Jaguaribe.

Cariri-Centro Sul.

CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA E DO PROGRAMA PROPRIAMENTE DITO

A construção das Diretrizes Gerais do Programa de Governo e o próprio Programa de Governo é um processo que se dá COM a sociedade, e não apenas PARA a sociedade, no nível estratégico, que se desdobrará em programas e projetos de cunho tático e operacional.

Na fase de campanha, haverá, primeiro, a discussão e elaboração, de forma aberta e participativa, por meio de grupos temáticos, setoriais e regionais formados em todo o Estado, das Diretrizes do Programa de Governo e, depois, do Programa de Governo.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Com o PSB – Rede e aliados no Novo Governo, o Programa deverá sofrer os ajustes em função da realidade encontrada, mas sem prejuízo do que foi pactuado com a sociedade. Em seguida, haverá a adaptação ao sistema orçamentário estadual, que prevê as leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, instrumentos esses que deverão sofrer modificações, as quais serão apreciadas pela Assembleia Legislativa. Depois, vem a execução orçamentária e o acompanhamento e avaliação dos programas e projetos com base em indicadores de resultados e de desempenho.

O processo de planejamento e coordenação terá um modelo de gestão como instrumento de articulação política para mobilizar e combinar os recursos, meios e instrumentos necessários à concretização do Programa. Nesse sentido, a agenda da governadoria será administrada como peça-chave do citado modelo, inclusive observando prioritariamente o calendário do governo regional.

Nesse modelo de gestão, estão articuladas as relações do governo nos âmbitos da própria máquina administrativa (grupos de trabalhos interinstitucionais), da sociedade civil (conselhos de representação

temáticos e regionais) e no contexto das instituições fora do Estado, no país e no exterior.

Os programas e projetos serão classificados dentro de cada eixo, em duas categorias: programas e projetos de governo e programas e projetos de Estado. Haverá ainda uma terceira: ações de baixo custo e fácil e rápida implantação para ser lançadas nos primeiros 100 dias de governo, são os projetos de curtíssimo prazo.

Tendo em vista a prioridade dada ao desenvolvimento regional, o governo contará com estruturas específicas para respaldar as ações previstas, de acordo com o que está acima formulado no item ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SÉTIMO EIXO.

A máquina administrativa, que se regerá de forma rígida pelos princípios constitucionais da administração pública (legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência), deverá estruturar-se para atender com presteza e eficiência as demandas da sociedade, especialmente os programas, projetos e atividades do Programa de Governo. Para tanto, haverá política especial de valorização e profissionalização do servidor público, que é elemento fundamental para o sucesso das ações governamentais. A sociedade disporá ainda de todos os recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs do governo eletrônico e da governança aberta¹⁰.

A Política de Comunicação Social, voltada exclusivamente para o interesse público, será estratégica no papel, tanto de dar transparência às ações (prestação de contas) e informar dados públicos (normas legais, estatísticas, documentos históricos, legislação e normas) quanto de promover campanhas educativas de utilidade pública e de dar respaldo à execução, acompanhamento e avaliação do Programa de Governo.

O financiamento do Programa será feito por recursos próprios do Estado, transferências conveniadas com a União, receita própria das empresas estatais e por empréstimos, financiamentos, cooperação técnica de terceiros, bem como pelas inversões diretas da iniciativa

¹⁰Trata-se de modelo em que o governo recorre de forma sistemática ao conhecimento e aos recursos externos à administração pública, abrindo, mediante a participação pública, o processo de tomada de decisão aos cidadãos.

privada induzidas pela capacidade de investimento e de incentivos fiscais e financeiros do Estado.